

Prémio Colégio de Património Arquitectónico (CPA) 2023 Relatório do Júri

Na sua segunda edição, o Prémio Colégio de Património Arquitectónico 2023 foi promovido e organizado pelo Colégio do Património Arquitectónico (CPA), em articulação com o Conselho Diretivo Nacional (CDN), nos termos consagrados no Estatuto da Ordem dos Arquitectos e no Regulamento do CPA.

O Prémio pretende incentivar a qualidade dos trabalhos de investigação, no âmbito de Mestrado, com incidência na salvaguarda e valorização do património arquitectónico português ou de origem portuguesa, e deverá distinguir aqueles que possuam originalidade ou contribuam significativamente para o avanço do conhecimento na área, promovendo o seu reconhecimento público e o fortalecimento da relação do CPA com a Academia.

O Prémio foi anunciado a 18 de abril 2023, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, e o prazo de apresentação de candidaturas decorreu entre aquela data e 26 de maio 2023, considerando dissertações de conclusão do 2.º ciclo ou Mestrado Integrado em Arquitectura aprovadas no decurso do ano civil de 2022.

O Presidente do **Júri** foi nomeado em conjunto pelo CDN e pela Comissão Executiva do CPA, tendo esta última endereçado convites à Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e ao CDN para nomear um seu representante. Para completar a constituição do Júri, com o número de cinco elementos, os órgãos eleitos do CPA nomearam dois especialistas de reconhecida competência na área do património arquitectónico. Foi constituído Presidente o Arquiteto João Nuno Pernão (JNP) e indicados os arquitetos Elsa Duarte (DGPC, ED), Paulo Tormenta Pinto (CDN, PTP), João Vieira Caldas (CPA, JVC) e Luís Miguel Correia (CPA, LMC).

Os serviços da OA asseguraram as respostas a pedidos de esclarecimentos e emitiram nove recibos dentro do prazo regulamentar. O quadro das candidaturas constitui o anexo 1 a este relatório.

O Júri reuniu, por via telemática, em três sessões, nos dias 6 de julho, 18 de setembro e 2 de outubro, intercalando períodos de leitura e análise da totalidade dos **nove trabalhos que preencheram os requisitos regulamentares e foram considerados admissíveis e passíveis de avaliação**, apesar de alguma heterogeneidade e natureza diversa dos exercícios académicos.

Para dar início à 1.ª fase de avaliação, pediram escusa por serem professores nas faculdades de onde são oriundos os trabalhos:

JNP, dissertações apresentadas na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa: trabalhos 1 a 4 inclusive;

JVC, dissertação apresentada no Instituto Superior Técnico: trabalho n.º 5;

LMC excusou de valorar o trabalho n.º 9 por manter colaboração com a sua orientadora.

O Presidente do Júri, **JNP**, questionou os membros do Júri sobre o voto de qualidade de que dispõe e todos concordaram que poderá ser utilizado em caso de empate nas votações.

O Júri discutiu os critérios a considerar na avaliação e decidiu adotar a grelha de análise validada na primeira edição do Prémio, em 2021, com a ponderação então considerada e com uma notação na escala de 0 a 20:

1	Pertinência temática (enquadramento no objeto do Prémio)	10%
2	Estrutura, metodologia e organização da dissertação	20%
3	Escrita e documentação gráfica	20%
4	Apresentação (relação texto/imagem)	10%
5	Grau de investigação	30%
6	Produção de novo conhecimento	10%

Todas as dissertações foram lidas por todos, independentemente das escusas declaradas, que inibiram a notação dos trabalhos indicados pelos membros do Júri acima referidos.

No final da 1.ª fase dos trabalhos, preenchido o quadro de pontuação e apresentados argumentos por todos os membros do Júri, foram selecionados os quatro trabalhos com a maior pontuação (anexo 2):

1.º classificado

n.º 5, Laura Martins Guia | *A Vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas-Artes e o seu seguimento*

2.º classificado

n.º 7, Leonor Sá Reis | *Na cadência do tempo. Programa e desenho para a fraga das Fontainhas*

3.º classificado

n.º 9, Ana Beatriz Ruivo | *De pedras a lavadouros. Evolução no contexto português*

4.º classificado

n.º 1, Clara Branco | *Contributo para uma Anamnese. Proposta de reconstituição das plantas do edifício do Real Colégio dos Nobres de Lisboa em 1772*

Os membros do Júri pronunciaram-se apresentando uma leitura destes trabalhos. Todos consideraram tratar-se de uma escolha entre trabalhos de qualidade e existiu grande consenso na ordenação das melhores dissertações.

O Júri deliberou atribuir o Prémio ao trabalho n.º 5, "A Vista de Lisboa da Academia Nacional de Belas-Artes e o seu seguimento", da aluna do Instituto Superior Técnico, Laura Martins Guia, sob orientação dos Professores Alexandra Alegre e João Appleton.

Este trabalho destaca-se dos demais pela sua abordagem considerada excepcional, pela escolha do objeto de estudo, pela estrutura do documento, pela profundidade e rigor da pesquisa, pela utilização do desenho no processo de investigação, e pela produção de novo conhecimento.

Nos termos regulamentares, as **duas menções honrosas são conferidas aos seguintes trabalhos**, sem que se estabeleça uma hierarquia entre eles, ambos com assinalável desenvolvimento na pesquisa e qualidade nos resultados:

n.º7, "Na cadência do tempo. Programa e desenho para a fraga das Fontainhas", da aluna da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Leonor Sá Reis, sob orientação das Professoras Carla Oliveira e Filipa Guerreiro.

n.º 9, "*De pedras a lavadouros. Evolução no contexto português*", da aluna da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Ana Beatriz Ruivo, sob orientação da Professora Ana Alves Costa.

O coletivo do Júri considerou a oportunidade do Prémio, reiterou a relevância dos trabalhos a concurso e saúda os organizadores do Prémio por permitir que a comunidade académica conheça com clareza e uma visão aprofundada e transversal os trabalhos que estão a ser desenvolvidos no âmbito do MIA nas várias universidades portuguesas.

3 de outubro 2023,

João Nuno Pernão

Elsa Duarte

Paulo Tormenta Pinto

João Vieira Caldas

Luís Miguel Correia